

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

Berê

Observatório de  
Mulheres em Goiânia

# RELATÓRIO PARCIAL

## Eixo - Violência

Goiânia

2026

**FUNAPE**  
Fundação de Apoio à Pesquisa

**NECRIVI**  
NÚCLEO DE ESTUDOS E  
PESQUISA SOBRE CRIMINALIDADE E  
VIOLÊNCIA

 **UFG**  
UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE GOIÁS

Secretaria Municipal de  
POLÍTICAS PARA AS MULHERES,  
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS  
HUMANOS - SEMASDH

 **PREFEITURA**  
**GOIÂNIA**  
GESTÃO QUE RESOLVE

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG**  
**Gestão 2026-2030**

Reitora: Sandramara Matias Chaves  
Vice-Reitora: Camila Cardoso Caixeta

Pró-Reitora de Graduação: Lueli Nogueira Duarte e Silva  
Pró-Reitor Adjunto de Graduação: Monarko Nunes de Azevedo

Pró-Reitor de Pós-Graduação: Laura Vilela Rodrigues Rezende  
Pró-Reitor Adjunto de Pós-Graduação: Ricardo Marreto

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação: Wendell Karlos Tomazelli Coltro  
Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Inovação: Natália Del Angelo Aredes

Pró-Reitora de Extensão e Cultura: Luana Cássia Miranda Ribeiro  
Pró-Reitor Adjunto de Extensão e Cultura: Adriana Régia Marques de Souza

Pró-Reitor de Administração e Finanças: Vicente da Rocha Soares Ferreira  
Pró-Reitor Adjunto de Administração e Finanças: Hugo Ferreira Ginú

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: Maria Tereza Tomé de Godoy  
Pró-Reitor Adjunto de Gestão de Pessoas: Juliano Lima Soares

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis: Maísa Miralva da Silva  
Pró-Reitor Adjunto de Assuntos Estudantis: Renato Pessoa Vale

## FICHA TÉCNICA

### **Coordenação Geral**

Dijaci David de Oliveira

### **Vice-coordenação**

Ana Paula de Castro Neves

### **Coordenadoras Administrativas**

Jully Anne Ribeiro da Cruz e Najla Franco Frattari

### **Equipe de Pesquisa**

#### **Eixo Violência**

Ana Carolina Dutra

Juliane Maguetas Colombo Pazzanese

Jully Anne Ribeiro da Cruz

Julyana Macedo Rego

### **Organização**

Ana Paula de Castro Neves

### **Projeto Gráfico**

Natã Silva de Carvalho

Karynne Paula de Senna

### **Instituição Executora**

Universidade Federal de Goiás (UFG)

### **Fundação de Apoio**

FUNAPE

### **Concedente**

Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE PESQUISA - EIXO VIOLÊNCIA

### 1- CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

As atividades desenvolvidas no Eixo Violência concentraram-se na análise da evolução da violência contra a mulher em Goiânia entre 2020 e 2025, utilizando uma perspectiva interseccional para compreender como gênero, raça e classe estruturam as agressões na CAPITAL.

O trabalho envolveu a sistematização de dados provenientes do Observatório de Segurança Pública de Goiás (OSSP-GO), bem como dos sistemas nacionais de informação do Ministério da Saúde, a saber: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

Para além do levantamento de casos, a pesquisa dedicou-se a investigar o caráter processual da violência, o que permitiu mapear não apenas episódios isolados, mas trajetórias de risco.

### 2- LEVANTAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

A presente pesquisa adota uma abordagem metodológica mista, integrando métodos qualitativos e quantitativos, com o objetivo de analisar os dados referentes à violência contra as mulheres em Goiânia.

No que tange à análise dos dados, essa foi realizada em várias etapas:

- Limpeza e tratamento: a maior parte dos dados coletados foi enviada à estatística Lara Ramos para limpeza e tratamento.
- Cruzamento de variáveis: parte indispensável para realizar o segundo objetivo específico do eixo de trabalho. A equipe utilizou as plataformas Tabwin/Tabweb para cruzar as variáveis, apesar das dificuldades encontradas.

Dessa forma, a metodologia adotada pelo Eixo Violência foi estruturada para garantir a coleta, tratamento e análise eficaz dos dados coletados, auxiliando na obtenção de resultados e que, certamente, contribuirão para a compreensão do fenômeno da violência contra as mulheres na capital.

### 3- DIVISÃO DE TRABALHO E ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa realizada compreendeu as etapas de coleta, organização, depuração e análise de diferentes bases de dados. Após, na fase final do projeto, as pesquisadoras procederam à escrita de dois artigos científicos que comporão uma coletânea com resultados dos estudos. Veja, abaixo, a relação dos textos produzidos:

- Análise dos dados da violência contra as mulheres em Goiânia e no Estado de Goiás (2020–2024)
- Raça, gênero e classe: as interseccionalidades como elementos estruturantes da violência contra as mulheres no município de Goiânia (2020–2025)

Além disso, foram elaborados três textos para divulgação no sítio do Observatório, a saber:

- O Aumento da Violência Física contra a mulher na cidade de Goiânia (2020-2023);
- Quando o registro não protege: trajetórias de violência contra mulheres em Goiânia;
- Geografia da Violência: Perfil Socioeconômico e Racial das Vítimas de Femicídio e Violência Doméstica na capital goiana (2020–2025).

A organização das tarefas e o trabalho colaborativo entre as integrantes da equipe foram elementos centrais para o desenvolvimento da pesquisa, contribuindo para a consistência, a precisão e a confiabilidade dos resultados obtidos.

### 4- REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A violência contra as mulheres constitui um grave problema social presente em diferentes contextos ao redor do mundo, incluindo a realidade brasileira. Com o propósito de ampliar a compreensão sobre esse fenômeno e oferecer subsídios para a elaboração de políticas públicas mais efetivas, este relatório apresenta as atividades realizadas e os resultados produzidos pelo Eixo Violência. A iniciativa tem como finalidade examinar e interpretar os dados referentes à violência contra mulheres no município de Goiânia, com foco no período de 2020 a 2025.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram reunidas informações provenientes de três bases principais: o Observatório de Segurança Pública de Goiás (OSSP-GO), o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) e o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). O processo de coleta, organização e tratamento dessas

informações evidenciou desafios relevantes, como a ausência de padronização entre as bases, limitações de acesso a determinados registros e o elevado volume de dados a serem sistematizados. Tais dificuldades não se configuram apenas como entraves técnicos, mas refletem problemas estruturais na produção e integração de informações sobre a violência, aspecto amplamente discutido na literatura especializada.

Nesse sentido, a análise da violência contra as mulheres desenvolvida neste estudo fundamenta-se em um conjunto consistente de referenciais teóricos das ciências sociais, especialmente no campo dos estudos de gênero, feminismo e interseccionalidade, que permitem compreender o fenômeno para além de sua dimensão episódica, situando-o como expressão de estruturas sociais historicamente constituídas.

A noção de gênero é mobilizada como categoria analítica central, conforme proposto por Joan Scott, ao evidenciar que as diferenças entre homens e mulheres não são naturais, mas socialmente produzidas e politicamente organizadas. Nessa perspectiva, a violência de gênero é compreendida como um mecanismo de manutenção da ordem patriarcal, operando por meio de relações de poder que disciplinam, controlam e subordinam os corpos e as trajetórias femininas.

Essa interpretação é aprofundada pelas contribuições de Heleieth Saffioti, que analisa a violência como parte constitutiva das relações patriarcais, e de Rita Segato, que a entende como prática estruturante de dominação, na qual a agressão contra mulheres cumpre função de reafirmação hierárquica e controle social. A violência, nesse sentido, não é um desvio, mas um instrumento de regulação das desigualdades de gênero.

O diálogo com Pierre Bourdieu contribui para a compreensão das dimensões simbólicas da violência, ao evidenciar como relações de dominação são naturalizadas e legitimadas socialmente, produzindo disposições que tornam a violência invisível ou aceitável em determinados contextos. Essa perspectiva permite interpretar a persistência da violência contra as mulheres mesmo diante da existência de marcos legais e institucionais de proteção.

No campo da teoria feminista contemporânea, destacam-se as contribuições de Judith Butler, especialmente no que se refere à noção de precariedade diferencial da vida. A autora permite problematizar como determinadas populações, em especial mulheres em situação de vulnerabilidade, estão mais expostas à violência e menos protegidas pelas

instituições, evidenciando que a distribuição da proteção estatal é desigual e politicamente construída.

A abordagem interseccional constitui outro eixo fundamental da fundamentação teórica. A partir do conceito formulado por Kimberlé Crenshaw, compreende-se que as experiências de violência são produzidas na interseção de múltiplos sistemas de opressão, como gênero, raça e classe, que operam simultaneamente e de forma indissociável. Essa perspectiva desloca a análise de uma categoria universal de “mulher” para evidenciar desigualdades internas ao grupo feminino.

No contexto brasileiro, autoras como Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez aprofundam essa discussão ao demonstrar que o racismo estrutura as experiências sociais das mulheres negras, produzindo maior exposição à violência e menor acesso a mecanismos de proteção. A violência, nesse sentido, é atravessada por um processo de desumanização que articula racismo e sexismo, resultando na maior vulnerabilidade e invisibilização das mulheres nos sistemas institucionais.

Além disso, estudos empíricos indicam que a violência de gênero incide de forma desigual sobre mulheres negras, com menor escolaridade e inseridas em contextos socioeconômicos precarizados, reforçando a necessidade de políticas públicas sensíveis às intersecções entre gênero, raça e classe. Essa constatação dialoga diretamente com os desafios encontrados na própria pesquisa, especialmente no que se refere à produção e sistematização dos dados.

A literatura aponta que a fragmentação dos sistemas de informação e a ausência de integração entre áreas como segurança pública, saúde e assistência social dificultam a construção de diagnósticos abrangentes, comprometendo a formulação de políticas públicas eficazes. Nesse sentido, a produção de dados deve ser compreendida não apenas como dimensão técnica, mas como elemento político central no enfrentamento da violência.

Por fim, os referenciais mobilizados convergem para a compreensão da violência contra as mulheres como fenômeno estrutural, contínuo e socialmente produzido. A violência não se manifesta de forma isolada, mas como parte de um continuum que articula violência simbólica, psicológica e física, frequentemente culminando em desfechos letais. Essa abordagem permite interpretar os dados empíricos analisados

neste relatório como expressão de padrões estruturais de desigualdade, e não como eventos pontuais ou desvios individuais.

Dessa forma, a revisão bibliográfica e a fundamentação teórica sustentam a necessidade de abordagens integradas, interseccionais e territorializadas, capazes de articular análise crítica, produção de dados qualificados e formulação de políticas públicas comprometidas com a transformação das estruturas que sustentam a violência de gênero.

## **5- ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS**

A análise dos dados referentes à violência contra as mulheres em Goiânia, no período de 2020 a 2025, revela a persistência e a complexidade do fenômeno, evidenciando sua natureza estrutural e multifacetada. Os registros provenientes das diferentes bases indicam não apenas a recorrência dos casos, mas também a diversidade de formas de violência, incluindo agressões físicas, psicológicas, sexuais e os desfechos letais. A interpretação dos resultados deve considerar, contudo, as limitações inerentes às bases de dados utilizadas, especialmente no que se refere à subnotificação, à fragmentação das informações e à ausência de padronização entre os sistemas. Tais fatores indicam que os números apresentados não esgotam a magnitude do problema, mas representam uma aproximação parcial da realidade, marcada por invisibilidades e lacunas institucionais.

Ainda assim, é possível identificar padrões relevantes. Observa-se que a violência incide de maneira desigual sobre determinados grupos de mulheres, especialmente aquelas em contextos de maior vulnerabilidade social, o que reforça a importância de uma análise interseccional. As desigualdades de raça, classe e acesso a políticas públicas atravessam os dados, evidenciando que a exposição à violência e as possibilidades de proteção não são distribuídas de forma homogênea.

Outro aspecto significativo refere-se à articulação entre os diferentes tipos de violência, que não ocorrem de forma isolada, mas compõem um continuum que pode se intensificar ao longo do tempo. Nesse sentido, casos registrados nos sistemas de saúde ou segurança pública podem anteceder situações mais graves, incluindo o feminicídio, o que aponta para a necessidade de estratégias de prevenção baseadas na identificação precoce e no acompanhamento contínuo.

Por fim, os resultados evidenciam a necessidade de fortalecimento das políticas públicas e da integração entre os sistemas de informação, de modo a permitir diagnósticos mais precisos e intervenções mais eficazes. A análise reforça que o enfrentamento da violência contra as mulheres exige não apenas respostas institucionais imediatas, mas também ações estruturais voltadas à redução das desigualdades de gênero e à transformação das condições sociais que sustentam esse fenômeno.

## **6- CONTRIBUIÇÕES PARA O OBSERVATÓRIO MUNICIPAL DE MULHERES**

Os resultados fornecem subsídios fundamentais para a revisão das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero na cidade. A pesquisa demonstra que o sistema de proteção atual tem funcionado mais como um espaço de registro do que como um mecanismo efetivo de interrupção do risco, uma vez que a alta reincidência indica que o acionamento do Estado não tem produzido ruptura suficiente no ciclo/espiral da violência.

Outra contribuição central reside na identificação de falhas na sistematização de dados, como o aumento de 93% nos registros com cor/raça "não informada" e o crescimento de casos "ignorados" nas triagens de saúde, o que compromete a formulação de políticas focalizadas e aponta para a necessidade de capacitação institucional.

Os dados também revelam que a vitimização letal recai desproporcionalmente sobre mulheres em contextos socioeconômicos precarizados, especialmente donas de casa e trabalhadoras de atividades de subsistência, sugerindo que a ausência de suporte econômico atua como uma âncora que impede o rompimento das violências.

Assim, o trabalho contribui para que o Observatório direcione estratégias de prevenção baseadas na identificação precoce de trajetórias de risco, na autonomia econômica das mulheres e no combate às desigualdades raciais que tornam a redução da violência menos efetiva para as mulheres negras.